



1º SIMULADO

Cartórios TJ SP

Simulado Especial

Simulado de Reta Final TJ-GO Cartórios

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SP para Cartórios;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Cartório-SP-28-11>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Juliana Chevônica

01. De acordo com o que dispõem as Normas de Serviço dos Cartórios Extrajudiciais da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP sobre a fiscalização das serventias extrajudiciais, assinale a alternativa correta.

- a) A função correcional consiste na fiscalização dos serviços notariais e de registro, sendo exercida, em todo o estado, pelo 1º Vice-Presidente do TJSP.
- b) A correição extraordinária consiste na fiscalização direcionada à verificação da regularidade de funcionamento da unidade, à verificação de saneamento de irregularidades constatadas em correições ou ao exame de algum aspecto da regularidade ou da continuidade dos serviços e atos praticados.
- c) O exercício da função correcional será permanente, por meio de correições ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, ou, ainda, por inspeções.
- d) A visita correcional independe de edital ou de qualquer outra providência, dela lançando-se sucinto termo no livro de Visitas e Correições, no qual também constarão as determinações do Juiz Corregedor Permanente, se houver.

02. A Lei n. 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento e proteção de dados pessoais (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados). Os códigos de normas destinadas ao foro extrajudicial dos Estados têm reforçado essas determinações. A respeito do que dispõe o TJSP sobre esse assunto, julgue as alternativas a seguir:

I - O regime estabelecido pela LGPD deve ser observado em todas as operações de tratamento realizadas pelas delegações dos serviços extrajudiciais de notas e registros.

II - Aplicam-se aos serviços de notas e registros os fundamentos e princípios da LGPD, com exceção dos

objetivos, uma vez que nem todos são compatíveis com os serviços extrajudiciais, que são destinados à publicidade.

III - Os responsáveis pelas serventias extrajudiciais - titulares, interventores e interinos - são os responsáveis pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, denominados operadores.

IV - O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos atos inerentes ao exercício dos ofícios notariais e registrais, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independe de autorização específica da pessoa natural que deles for titular.

Estão corretas o que se afirma nos itens:

- a) I, e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.

03. Sobre o procedimento de dúvida, assinale a alternativa correta.

- a) No Estado de São Paulo não se admite a dúvida inversa, que ocorre quando o interessado faz suscitação diretamente ao Juízo competente.
- b) No procedimento de dúvida, o registrador atua como parte, de forma que não pode ser considerado um processo de jurisdição voluntária.
- c) Quando o Oficial entender que o registro não pode ser efetuado e o requerente não se conformar com a recusa, deverá ser suscitada dúvida inversa, que ocorre quando o registrador submete a questão diretamente ao juízo competente.
- d) Transitada em julgado a decisão de dúvida, se procedente, se for julgada procedente, os documentos serão restituídos à parte, independentemente de traslado, dando-se ciência da decisão ao oficial, para que a consigne no Protocolo e cancele a prenotação.

04. A respeito do atendimento ao público, de acordo com o Código de Normas de Serviço destinadas ao foro extrajudicial do Estado de São Paulo, Lei n. 8.935/1994 e Lei n. 6.015/1973, é incorreto afirmar:

- a) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- b) A fiscalização dos serviços extrajudiciais observará se cumpridas as normas referentes a continuidade, celeridade, qualidade, eficiência, regularidade e urbanidade na prestação dos serviços notariais e de registro, assegurados o acesso indireto ao notário ou registrador pelo usuário e o atendimento específico das pessoas consideradas por lei vulneráveis ou hipossuficientes.
- c) O atendimento ao público será, no mínimo, de seis horas diárias, em dias e horários estabelecidos pelo Juiz Corregedor Permanente, observadas as peculiaridades locais, sem prejuízo do poder normativo da Corregedoria Geral da Justiça.
- d) A jornada de trabalho para atendimento ao público deverá ser de horário ininterrupto nas unidades dos serviços de notas e de registro que contem com, no mínimo, três escreventes.

05. Sobre o regime disciplinar a que estão sujeitos notários e registradores, bem como das sanções aplicáveis a eles, é correto afirmar:

- a) A pena de multa é aplicável em caso de falta leve ou reincidência.
- b) Das decisões disciplinares originárias do Corregedor Geral da Justiça caberá recurso, no prazo de quinze dias, para o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- c) As penas serão impostas pelo juízo competente, de acordo com a ordem de gradação, conforme a gravidade do fato.
- d) O Corregedor Geral da Justiça poderá, enquanto não prescrita a infração, rever, de ofício ou mediante provocação, as decisões dos Juízes Corregedores

Permanentes e aplicar as sanções adequadas a notários e registradores.

06. Acerca dos padrões mínimos de tecnologia da informação das serventias extrajudiciais, estipulados pelo CNJ, é incorreto afirmar.

- a) Os padrões visam a fixar padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil.
- b) Como política de segurança da informação, os serviços notariais e registrais deverão atender a normas de interoperabilidade, legibilidade e recuperação a longo prazo na prática dos atos e comunicações eletrônicas.
- c) O titular delegatário ou o interino/interventor, os escreventes, os prepostos e os colaboradores do serviço notarial e de registro devem possuir formas de autenticação por certificação digital própria ou por biometria, além de usuário e senha associados aos perfis pessoais com permissões distintas, de acordo com a função, não sendo permitido o uso de “usuários genéricos”.
- d) Os livros e atos eletrônicos que integram o acervo dos serviços notariais e de registro deverão ser arquivados mediante cópia de segurança (backup) feita em intervalos não superiores a 48 horas.

07. De acordo com a Lei Estadual n. 11.331/2002 do Estado de São Paulo e com a Lei n. 10.169/2000 e Código de Normas de Serviço do Foro Extrajudicial, é correto afirmar:

- a) Em caso de dúvida do notário ou registrador sobre a aplicação da lei de emolumentos e os valores indicados em suas respectivas tabelas, poderá ser formulada consulta escrita ao respectivo Juiz Corregedor Permanente, que, em cinco dias, proferirá decisão.
- b) É permitido cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos

respectivos serviços notariais e de registro, desde que presentes culpa ou dolo.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e as respectivas autarquias, são isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado e ao custeio dos atos gratuitos de registro civil, com exceção do necessário recolhimento ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

d) Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro. Em relação aos atos específicos de cada serviço, quando relativos a situações jurídicas com conteúdo financeiro, os emolumentos são fixados mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos.

08. Os oficiais de registros e os notários podem, para o desempenho de suas funções, contratar pessoas sob o regime da legislação do trabalho. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta:

a) Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

b) Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

c) O número suficiente de prepostos, apesar de a contratação, de acordo com a Lei de Notários e Registradores, ser de escolha dos oficiais, que são responsáveis pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços, é levado em consideração quando da fiscalização dos serviços pelo Juiz Corregedor Permanente.

d) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na

prestação dos serviços, não cabendo ingerência da Corregedoria do Tribunal de Justiça nessas questões.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Bertotti

09. Dentre os livros obrigatórios e previstos na Lei 6.015/1973, são igualmente obrigatórios no Estado de São Paulo:

a) Protocolo de Entrada em suporte físico ou meio eletrônico; Lavratura de Procurações, Revogações de Procurações, Renúncias e Substabelecimentos; Visitas do Ministério Público; Livro de transporte de anotações e averbações.

b) Protocolo de Entrada em suporte físico ou meio eletrônico; Lavratura de Procurações, Revogações de Procurações, Renúncias e Substabelecimentos; Visitas da Corregedoria.

c) Protocolo de Entrada em suporte físico ou meio eletrônico; Lavratura de Procurações, Revogações de Procurações, Renúncias e Substabelecimentos; Visitas do Ministério Público.

d) Protocolo de Entrada em suporte físico ou meio eletrônico; Protocolo de Saída em suporte físico ou meio eletrônico; Lavratura de Procurações, Revogações de Procurações, Renúncias e Substabelecimentos; Visitas do Ministério Público.

10. A lavratura de assento de nascimento será acompanhada do arquivamento, em classificador próprio e específico, da segunda via da respectiva Declaração de Nascimento Vivo (DN), expedida pela maternidade ou estabelecimento hospitalar, de onde se possam extrair ou conferir os dados do nascido. Entretanto, são regras a respeito de nascimento ocorrido fora de maternidade ou estabelecimento hospitalar, exceto:

a) Ocorrendo o nascimento fora de maternidade ou estabelecimento hospitalar, ou onde não haja expedição da declaração, o Oficial preencherá a declaração, que será assinada pelo interessado, o qual se declarará ciente de que a prática do ato será comunicada ao Juiz Corregedor Permanente.

b) O Registro Civil das Pessoas Naturais, até o dia 5 do mês subsequente ao registro ocorrido fora de maternidade ou estabelecimento hospitalar, fornecerá ao Ministério Público da Comarca os dados da criança, dos pais e o endereço onde ocorreu o nascimento.

c) Trimestralmente, os Registros Cíveis das Pessoas Naturais comunicarão ao respectivo Juiz Corregedor Permanente o número dos atos

d) O documento será arquivado em classificador próprio e específico.

11. Na hipótese de a criança vir a falecer por ocasião do parto tendo, contudo, respirado, é correto afirmar:

a) O registro será lavrado no livro C-Auxiliar.

b) Não é possível atribuir nome ao natimorto.

c) Será lavrado apenas o registro de óbito no livro C.

d) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, serão feitos 2 (dois) assentos, o de nascimento e o de óbito.

12. A conversão da união estável em casamento deverá ser requerida pelos companheiros perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio. A respeito do procedimento de conversão de união estável em casamento é incorreto afirmar conforme normas estaduais:

a) Em caso de requerimento de conversão de união estável por mandato, a procuração poderá ser por instrumento particular com firma reconhecida.

b) O assento da conversão da união estável em casamento será lavrado no Livro "B", sem a indicação da data da celebração, do nome do presidente do ato e das assinaturas dos companheiros e das testemunhas, cujos espaços próprios deverão ser inutilizados.

c) Somente constará data do início ou período de duração da união, quando esta vier a ser reconhecida judicialmente.

d) Estando em termos o pedido, o falecimento da parte no curso do processo de habilitação não impede a lavratura do assento de conversão de união estável em casamento.

13. Dentro do Estado de São Paulo são obrigações dos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, exceto:

a) Os Oficiais do Registro Cível das Pessoas Naturais fornecerão à Secretaria Municipal de Saúde a primeira via das Declarações de Nascido Vivo (DN) e de Óbito (DO), nos casos de parto ou morte natural sem assistência médica.

b) Os Oficiais do Registro Cível das Pessoas Naturais comunicarão até o dia 15 de cada mês ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por meio da Central de Informações do Registro Civil – CRC, relação dos óbitos dos cidadãos alistáveis ocorrido no mês anterior, para cancelamento das inscrições.

c) Os Oficiais do Registro Cível das Pessoas Naturais comunicarão até o dia 10 do mês subsequente, ao Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD e à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, através da Central de Informações do Registro Civil –CRC, os dados de todos os nascimentos, casamentos e óbitos registrados.

d) Os Oficiais do Registro Cível das Pessoas Naturais enviarão para a Central de Informações do Registro Civil (ARPEN-SP), em até dez dias da realização do ato, as informações referentes aos registros, bem como as alterações pelas quais passam os registros.

14. Sobre as averbações é correto afirmar:

a) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito deverão ser averbados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência e pagamento de emolumentos.

b) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito, deverá ser averbado o número de CPF, após satisfeitos os emolumentos pelo requerente.

c) No assento de ausência, será averbada a sentença de abertura de sucessão provisória, independentemente de trânsito em julgado, com referência especial ao testamento do ausente se houver e indicação de seus herdeiros habilitados.

d) No livro de emancipações, interdições e ausências, será feita a averbação das sentenças que puserem termo à interdição, das substituições dos curadores de interditos ou ausentes, das alterações dos limites de curatela, da cessação ou mudança de internação, bem como da cessação da ausência pelo aparecimento do ausente.

15. Decorrido o prazo de ___ dias a contar da afixação do edital no Registro Civil das Pessoas Naturais, se não aparecer quem oponha impedimento nem constar algum dos que de ofício se deva declarar, o Oficial certificará, imediatamente, a circunstância nos autos, entregando aos nubentes certidão de que estão habilitados para se casarem, em qualquer lugar do país, dentro do prazo de ___ dias a contar da data em que foi extraído o certificado.

a) 10 dias e 90 dias.

b) 10 dias e 180 dias.

c) 15 dias e 90 dias.

d) 15 dias e 180 dias.

16. Com o advento da Lei 13.484/2017 os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e por esse motivo é correto afirmar:

a) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados e gratuitos, na forma prevista em convênio, em credenciamento ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas.

b) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio, em credenciamento

ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas.

c) Os convênios dependem de homologação e será firmado pela entidade de classe dos registradores civis de pessoas naturais de abrangência nacional.

d) Os convênios dependem de homologação e será firmado pela entidade de classe dos registradores civis de pessoas naturais de mesma abrangência territorial do órgão ou da entidade interessada.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

17. Sobre a ata notarial, e de acordo com o que consta nas normas notariais aplicáveis ao estado de São Paulo, podemos afirmar que:

a) a assinatura do solicitante é um dos elementos essenciais da ata notarial, sem a qual não poderá ser lavrada e completada;

b) É possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito; no entanto, o Tabelião de Notas deve recusar a prática do ato, se o solicitante atuar ou pedir-lhe que aja contra a moral, a ética, os costumes e a lei.

c) A pedido do solicitante, o Tabelião deve apontar suas impressões acerca dos fatos narrados, o que servirá de elemento de prova em processo judicial.

d) O substituto pode praticar quaisquer atos nos Tabelionatos de Notas, à exceção da lavratura de atas notariais, que são de competência exclusiva do titular.

18. Nos últimos anos, o CNJ emitiu provimentos. Dentre eles, pelo menos três deles emitiam comandos aos Tabeliães de Notas: Provimento 65, que cuida do Procedimento de usucapião extrajudicial; Provimento 88, sobre a atuação dos Notários e Registradores no combate à lavagem de dinheiro; e finalmente, o Provimento 100, acerca dos atos notariais eletrônicos. Sobre o tema, é INCORRETO afirmar:

- a) O provimento 100 expressamente proíbe a lavratura de testamentos públicos por meio do e-notariado, considerando se tratar de um ato personalíssimo que exige uma solenidade especial para sua validade.
- b) Tanto o provimento 100 quanto o provimento 65 inovaram quanto ao princípio da territorialidade aplicado aos Tabelionatos de Notas, em especial no que toca à impossibilidade de, em certos casos, livremente escolher o Tabelião de Notas.
- c) O Provimento 88 elenca critérios objetivos e subjetivos de informe, assim conferindo certa discricionariedade do Tabelião quanto a entender a conduta suspeita ou não.
- d) É impossível aos Tabeliões de Notas aderir ou não ao Provimento 88, devendo suas normas serem observadas e cumpridas por todos os titulares, interventores e interinos dos Tabelionatos de Notas, sem exceção.

19. Edson procurou o Tabelião de Notas de Campinas/SP, relatando que o “Cartório de São Paulo Capital fez uma procuração em favor de Lídia”, mas ela está abusando dos poderes. Relatou, ainda, que ao procurar Lídia, ela lhe disse que não tinha o que fazer, pois detinha os poderes que lhe foram transferidos de maneira irrevogável. Qual poderia ser uma correta orientação do Tabelião:

- a) Edson deve buscar a revogação tão somente no serviço Notarial de São Paulo, pois lá fora lavrada a procuração.
- b) Somente com ordem judicial a procuração pode ser revogada, uma vez que consta ser irrevogável.
- c) O Tabelião de Campinas pode lavrar a revogação, a pedido de Edson.
- d) A revogação da procuração poderia ser lavrada pelo Tabelião, mas seria ineficaz.

20. O CAPÍTULO XVI do Código de Normas de São Paulo inaugura dizendo que: “O Tabelião de Notas, profissional do direito dotado de fé pública, exercerá a atividade notarial que lhe foi delegada com a

finalidade de garantir a eficácia da lei, a segurança jurídica e a prevenção de litígios”. Podemos encontrar alguns princípios notariais expressos nesse específico texto do Código de Normas, **exceto**:

- a) princípio da fé pública;
- b) princípio da profilaxia jurídica;
- c) princípio da cautelaridade;
- d) princípio da territorialidade.

21. A interação do Tabelionato de Notas com outras atribuições de serventia extrajudiciais é bastante frequente. Assim, além das notas, o Tabelião deve ter em mente que é correto dizer que:

- a) O documento oficial que comprova o estado civil de uma pessoa física, brasileira, é emitido via de regra pelo serviço de registro de títulos e documentos.
- b) Ainda que seja lavrada a compra e venda de um imóvel, no Tabelionato de Notas, somente com o registro imobiliário na serventia competente – o que vai depender da localização do imóvel – é que será transferida a propriedade para o nome do comprador.
- c) A ata de usucapião vincula o registrador de imóveis, e como consequência o registrador deverá transferir a propriedade se observados os requisitos para tal.
- d) Para qualificar uma pessoa jurídica em um ato notarial é importante verificar seu ato constitutivo, que será sempre registrado perante o serviço de registro de pessoa jurídica. Neste ato será verificado quem é administrador da pessoa jurídica, que irá presencial ou eletronicamente assinar o ato, diretamente ou por meio de procurador nomeado.

22. De acordo com o Código de Normas de SP, são elementos necessários da ficha padrão de reconhecimento de firma, dentre outros:

- a) nome do depositante, endereço, profissão, nacionalidade, estado civil, filiação e data do nascimento;

b) indicação do número de inscrição no CPF, quando for o caso, e do registro de identidade, ou documento equivalente, com o respectivo número, data de emissão e repartição expedidora;

c) data do depósito da firma;

d) todas as alternativas acima estão corretas.

23. Adriano, Tabelião de Notas e professor em curso preparatório para concursos, compareceu na serventia notarial em que você é o titular, relatando que está tendo problemas com a receita federal, pois vendeu um imóvel e na escritura acabou constando CPF diferente do dele. Onde deveria constar o número 7, nitidamente por um erro de digitação, acabou constando o número 8. Os demais números que compõem o CPF estão corretos.

De fato, Adriano estava com razão: o documento de CPF utilizado no ato está nos arquivos da serventia, sendo facilmente constatada a digitação equivocada.

Diante dessa situação hipotética, você como Tabelião que lavrou o ato contendo o erro, o que poderia fazer para corrigir o número do CPF de Adriano?

a) poderia lavrar uma ata retificativa, pois se trata de erro constatáveis documentalmente, e que não modifica a declaração de vontade das partes nem a substância do negócio jurídico realizado;

b) somente por escritura de rerratificação o erro pode ser corrigido, pois é necessário o consentimento do comprador do imóvel, que deve portanto assinar o novo ato;

c) Adriano concordou com os termos da escritura e a assinou mesmo assim; portanto, precisa buscar autorização judicial para que se promova a alteração do número do seu CPF. O fato de ele também atuar como Tabelião demonstra seu notório saber, e isso reforça a necessidade de se buscar a via judicial no caso.

d) Adriano deverá alterar seu número de CPF na receita federal, para que coadune com a escritura pública.

24. Sobre os impressos de segurança, utilizados nos Tabelionatos de Notas, ou serviços de registro civil com atribuições notariais do Estado de São, é CORRETO afirmar:

a) Para maior segurança, os Tabeliães e registradores civis com atuação notarial, podem optar receber materiais impressos de segurança padronizados, homologados pela Corregedoria de Justiça e contratados pelo Colégio Notarial.

b) A falta de aplicação do selo acarretará a inexistência dos atos de autenticação notarial.

c) Os modelos dos impressos de segurança serão submetidos à prévia aprovação do Conselho Nacional de Justiça.

d) ARPEN-SP e o CNB-SP são responsáveis, junto aos fabricantes dos impressos de segurança, pela atualização dos nomes dos responsáveis pelos serviços notariais vagos.

TABELIONATOS DE PROTESTOS

Adriano Alvares

25. Em relação à apresentação dos títulos e documentos, de acordo com a legislação vigente, as normas de serviço do TJSP e a tabela de emolumentos do protesto, assinale a verdadeira:

a) contratos de locação poderão ser apresentados por meio de cópia autenticada.

b) não é admitida apresentação de título eletrônico nas normas.

c) títulos judiciais devem ser apresentados só na comarca de tramitação do feito.

d) cheque deve obrigatoriamente ser apresentado no domicílio do devedor.

26. O apontamento a protesto de nota promissória deve ser feito:

a) No prazo prescricional, segundo o Código Civil.

b) A qualquer tempo, por falta de prazo legal.

c) No prazo de três anos.

d) Antes do vencimento do título.

27. Revogada a ordem judicial de sustação, a lavratura e o registro do protesto por falta de pagamento

a) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, a fluir por inteiro, independentemente de nova intimação.

b) devem ser efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da ordem de revogação.

c) exigem nova intimação do devedor.

d) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, autorizado o cômputo do tempo transcorrido antes da ordem de sustação.

28. Analise as assertivas sobre o Protesto segundo as normas de serviço do TJSP:

I – caso o mandado de sustação de protesto seja apresentado no primeiro dia útil seguinte após a lavratura do protesto, o tabelião o qualificará como ordem judicial de sustação dos efeitos do protesto, com pronta comunicação ao Juízo respectivo, salvo se constar expressa proibição no mandado.

II – o Tabelião expedirá certidão de protesto cancelado mediante requerimento escrito do próprio devedor ou ordem judicial.

III – a expedição da certidão de protesto ficará à disposição do solicitante, não havendo nas normas prazo para a sua retirada.

Aponte a alternativa correta:

a) Somente uma alternativa.

b) Nenhuma alternativa.

c) Somente I e II.

d) Somente II e III.

29. Sobre o protesto de acordo com a legislação em vigor e o Código de Normas do TJSP, verifique as afirmações abaixo:

() O pagamento da intimação para o protesto é possível com cheque comum pela microempresa, podendo o credor efetivar reclamações até o prazo de 10 (dez) dias.

() A Cédula Imobiliária Rural para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas, necessita ser protestada.

() Tanto o termo de protesto para fins falimentares quanto o comum terão os mesmos elementos e regras.

Aponte a sequência correta:

a) F - F - F

b) V - F - V

c) F - V - V

d) V - F - F

30. Lucas Álvares, apresenta uma nota promissória expedida em Portugal, na cidade de Lisboa, com expressão monetária em euro, pagável no município de São Paulo (capital), onde é o domicílio do devedor brasileiro. Lucas, com o inadimplemento do compromisso, apresenta a protesto, no cartório competente:

a) O tabelião de protesto deve verificar se o título foi atingido pela prescrição ou pela decadência, qualificando apenas os aspectos formais e materiais do documento apresentado, podendo ser pago em euros.

b) Não poderá realizar o protesto, pois há incompatibilidade da legislação que originou o negócio jurídico.

c) Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.

d) Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado, mesmo que o título estando em Português, em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, a conversão na data do pagamento do documento para protesto.

31. Cláudio propõe uma ação monitória em face de Carlos de um título que perdeu sua força executiva. Diante da demora do judiciário, questiona seu advogado sobre a possibilidade de protestar Carlos em seu domicílio na cidade São Carlos, Estado de São Paulo. O advogado respondeu que Cláudio:

- a) poderá protestar Carlos, depois de citado e transformado seu título em mandado monitório.
- b) poderá protestar Carlos quando ocorrer o decurso do prazo para a oposição de embargos e pagamento.
- c) poderá protestar Carlos, desde que o mesmo concorde com o procedimento monitório e com um acordo para pagamento, sendo daí possível seu protesto do título judicial somente se inadimplir a primeira parcela do acordo, solicitando a consolidação da dívida, com o início do cumprimento de sentença judicial, com dívida líquida, certa e exigível.
- d) poderá protestar Carlos se houver o transcurso do prazo do pagamento voluntário quando da conversão do mandado monitório em título executivo judicial, sendo a decisão que deferiu o mandado monitório, somada à certificação do decurso do prazo sem a oposição dos embargos e pagamento.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Andrea Schmidt

32. Pedro comprometeu vender um imóvel para Sérgio. O compromisso foi devidamente registrado. Foi apresentado para registro a escritura definitiva. Diante deste título o Registrador de Imóveis de acordo com as normas de São Paulo, deve:

a) efetivar a averbação de cancelamento do registro de compromisso de compra e venda, antes do registro da escritura definitiva.

b) não efetivar a averbação de cancelamento do registro de compromisso de compra e venda, antes do pedido escrito do vendedor, sendo encerrado o ato com o registro da escritura definitiva.

c) efetivar a averbação de cancelamento do registro de compromisso de compra e venda posteriormente ao registro da escritura definitiva, por conveniência do serviço, sendo devidos emolumentos e custas por aquele ato.

d) efetivar a averbação de cancelamento do registro de compromisso de compra e venda posteriormente ao registro da escritura definitiva, por conveniência do serviço, sendo indevidos emolumentos e custas por aquele ato.

33. De acordo com a Lei de Registros Públicos, no Registro Imobiliário, são respectivamente atos de averbação e de registro:

- a) legitimação da posse e a dação em pagamento.
- b) legitimação fundiária e o contrato de penhor rural.
- c) reserva legal e a servidão ambiental.
- d) contrato de locação, para os fins de exercício de direito de preferência e o contrato de pagamento por serviços ambientais, quando este estipular obrigações de natureza propter rem.

34. Sobre o Condomínio Urbano Simples, de acordo com as normas do TJSP, relate a alternativa correta:

- a) Quando em vários imóveis contiver construções de casas ou cômodos, poderá ser instituído condomínio urbano simples, respeitados os parâmetros urbanísticos locais, e serão discriminadas, nas matrículas, as partes dos terrenos ocupadas pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si.
- b) Para o registro do condomínio urbano simples deverá ser comprovada a licença municipal e,

quando exigível, a dos órgãos estaduais competentes.

c) A instituição do condomínio urbano simples será registrada na matrícula do respectivo imóvel, na qual deverão ser identificadas as partes comuns ao nível do solo, as partes comuns internas à edificação, se houver, e as respectivas unidades autônomas, sendo ainda apresentada a convenção de condomínio.

d) A gestão das partes comuns será feita por eleição realizada entre os condôminos, sendo formalizada por instrumento público.

35. Analise as assertivas sobre os princípios aplicáveis ao Registro de Imóveis e assinale a INCORRETA.

a) De acordo com o princípio da rogação ou da instância, tem-se que atividade registral depende de provocação. Porém, há exceções à aplicação no Registro de Imóveis.

b) Em relação ao princípio da prioridade, o título que é prenotado em primeiro lugar tem prioridade em relação aos títulos que materializam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel, se protocolados posteriormente.

c) Pelo princípio da continuidade, deve haver um encadeamento nos registros, de maneira que não haja interrupções.

d) De acordo com o princípio da especialidade, o imóvel deve ser perfeitamente individualizado. Se urbano, deve conter suas características e confrontações. A designação cadastral é dispensável.

36. Sobre a matrícula, é INCORRETO afirmar:

a) As unidades de Registro de Imóveis prestarão, por meio da Central Registradores de Imóveis, serviço de visualização eletrônica de matrículas (matrícula online), mediante disponibilização de imagem da matrícula, em "tempo real", por armazenamento em ambiente compartilhado ou adoção de solução de comunicação sincronizada (WebService).

b) A instituição do direito real de laje ocorrerá por meio da abertura de uma matrícula própria no registro de imóveis e por meio da averbação desse fato na matrícula da construção-base e nas matrículas de lajes anteriores, com remissão recíproca.

c) Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem diferentes no Protocolo.

d) Tratando de imóvel em regime de multipropriedade, deve ser indicada a existência de matrícula.

37. Em relação aos livros do Registro de Imóveis e seu conteúdo, tomando a Lei n. 6.015/1973 e Código de Normas de Serviço destinadas ao Foro Extrajudicial, da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP, assinale a INCORRETA.

a) Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra, salvo no registro de imóveis, em que o número será conservado, com a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples, e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinidamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ; 2-BA a 2-BZ, e assim por diante.

b) Os livros 2, 3, 4 e 5 podem ser escriturados mecanicamente ou por processador de texto, na forma de fichas.

c) O Livro n. 1 é destinado ao Protocolo; o de n. 2, ao Registro Geral; o de n. 3, ao Registro Auxiliar, o de n. 4, ao Indicador Real; e o de n. 5, ao Indicador Pessoal.

d) Devem ser lançados no Livro n. 1 a prenotação de títulos apresentados exclusivamente para exame e cálculo.

38. Com relação aos títulos que podem ser levados à registro na serventia de imóveis, é correto afirmar:

a) apenas escrituras públicas lavradas em Tabelionato de Notas podem ser levadas à registro.

- b) os contratos de locação de prédios, quando consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada, os quais também podem ser registrados na serventia de Títulos e Documentos.
- c) Os oficiais de Registro de Imóveis gozam de independência jurídica ao interpretar disposição legal ou normativa no exercício de suas funções, assim podem deliberar sobre averbar ou registrar títulos, ainda que sem previsão expressa, ou mesmo com previsão expressa em sentido contrário.
- d) os pactos antenupciais e as cédulas hipotecárias estão sujeitos à registro no serviço de registro de imóveis.

39. Estão sujeitos à averbação no Registro de Imóveis, e não a registro, os seguintes itens:

- a) servidões em geral.
- b) desmembramentos urbanos.
- c) fideicomisso.
- d) contratos de promessa de compra e venda, cessões e promessas de cessão de áreas objeto de loteamento formalizado até 31 de dezembro de 1975.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

- 40.** É vedado, na mesma Comarca, o registro de pessoas jurídicas com nome empresarial (denominação social ou razão social) ou denominação idêntica ou semelhante a outra já existente, que possa ocasionar dúvida aos usuários do serviço.
- a) Esta vedação NÃO se aplica à denominação social ou firma que possuam semelhança apenas capaz de gerar dúvida ao destinatário, ainda que não sejam idênticas.
- b) Para evitar a colisão na denominação social ou na razão social o requerente do registro de constituição de nova pessoa jurídica ou a averbação de alteração

da denominação de pessoa jurídica já registrada também solicitará informação previamente perante a JUCESP.

- c) A busca deverá ser respondida no prazo de 10 (dez) dias e o requerente não terá prioridade para utilização da denominação ou firma que não estiver previamente em uso até que o obtenha o resultado.
- d) O registro de constituição de nova pessoa jurídica ou a averbação de alteração da denominação de pessoa jurídica já registrada dependerá de prévia busca em todos os Oficiais de Registro da Comarca, para constatação da inexistência de prévia utilização da denominação ou firma pretendida.

41. No RCPJ, apresentado o título, documento ou papel, sob qualquer forma, serão anotados, no Livro de Protocolo, o número sequencial de ordem, a data da apresentação, a natureza do documento, a espécie de lançamento a fazer (registro, matrícula ou averbação) e o nome do apresentante.

- a) Cuidando-se de documento físico, as rubricas ou chancelas deverão ser inseridas nas folhas antes da sua digitalização, para permitir a preservação da imagem original do documento conforme registro, matrícula ou averbação, independente da forma como foi apresentado.
- b) Admite-se o registro de cópias, ainda que do documento principal submetido a registro, desde que autenticadas.
- c) Quando houver evidência de falsificação, o documento será encaminhado, após protocolizado, ao Juiz Corregedor Permanente, para as providências cabíveis.
- d) Os registros de atos constitutivos ou as alterações de nomes deverão observar a prioridade gerada pelo requerimento de registro ou averbação, conforme lançado no Livro 1 - Protocolo.

42. Sobre as certidões no RCPJ, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As certidões emitidas pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, seja em papel, seja em formato eletrônico,

comprovam a existência legal das pessoas jurídicas e têm o mesmo valor probante dos títulos ou documentos originais registrados, exceto para a efetivação de atos notariais ou registrais.

- b) Admite-se a emissão de certidão de inteiro teor de ato registral específico, desde que contenha a indicação dos números de registros e averbações relacionados ao ato reproduzido na certidão.
- c) As certidões em resumo ou breve relato indicarão, ao menos, denominação atual e o CNPJ, mas prescindem da data do registro, do número do registro e dos demais dados da pessoa jurídica.
- d) As certidões em relatório conforme quesito conterão os dados da certidão em resumo, não sendo necessário que o quesito esteja restrito ao conteúdo do registro.

43. O registro de títulos e documentos, no âmbito de suas atribuições, é o serviço de organização técnica e administrativa que tem por finalidade assegurar a autenticidade, segurança, publicidade e eficácia dos atos e negócios jurídicos, constituindo ou declarando direitos e obrigações, para prova de sua existência e data, além da conservação perpétua de seu conteúdo.

- a) No RTD, o princípio da territorialidade é aplicável, também, às notificações e ao registro facultativo de quaisquer documentos, para sua exclusiva guarda e conservação.
- b) NÃO se admite o registro no RTD, para efeito de publicidade e eficácia em relação a terceiros, de documentos escritos em duas línguas, sendo uma delas o português e outra língua estrangeira, mesmo que com caracteres comuns.
- c) O registro de documentos para fins de publicidade e eficácia em relação a terceiros será feito individualmente, documento por documento, não se admitindo o registro conjunto de mais de um documento ou de arquivos eletrônicos contendo mais de um documento, ressalvada a hipótese de anexos inerentes ao documento principal.
- d) O documento redigido no idioma português, mas oriundo de país estrangeiro, para ser registrado em RTD, depende de tradução juramentada.

44. No RTD, o registro feito exclusivamente para fins de conservação:

- a) pode ser feito em conjunto, para diversos títulos e documentos.
- b) deverá, necessariamente, ter a chancela e a rubrica do oficial em cada uma das páginas do conjunto de documentos, não bastando que seja feita a certificação do registro em folha de registro avulsa.
- c) não demandará a utilização de livro específico.
- d) o documento apresentado em papel receberá certificação exclusivamente em papel; o documento apresentado em formato eletrônico receberá certificação exclusivamente em formato eletrônico

45. Sobre a escrituração no RTD, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todos os livros serão escriturados em papel e terão 150 (cento e cinquenta) folhas no máximo.
- b) A escrituração do livro "B" poderá ser descontínua, autorizando a lei que, no registro de folhas soltas, seja reservada uma folha para cada registro.
- c) A escrituração do livro "C" é obrigatória, mesmo quando forem adotados os livros "B" e "F" em formato eletrônico.
- d) Os livros poderão ser escriturados e mantidos em meio eletrônico e armazenados em sistema de gerenciamento de banco de dados adotado pela serventia.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

46. Suponha que tenha sido publicada oficialmente uma lei ordinária em 04/10/2021 e, que nesta lei não foi estabelecida cláusula especial referente à data de sua vigência. Diante disto e segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a Lei Complementar 95/1998 é correto afirmar que:

- a) A lei de que trata o enunciado entrará em vigor no dia 05/10/2021, uma vez que, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país no dia seguinte à sua publicação oficial.
- b) A lei de que trata o enunciado entrará em vigor no dia 18/11/2021, uma vez que, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país, 45 dias após sua publicação oficial e, a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- c) A lei de que trata o enunciado entrará em vigor no dia 19/11/2021, uma vez que, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país, 45 dias após sua publicação oficial e, a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- d) A lei de que trata o enunciado entrará em vigor no dia 17/11/2021, uma vez que, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país, 45 dias após sua publicação oficial e, a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia de sua consumação integral.
- 47.** Em se tratando dos direitos da personalidade, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:
- a) O nome da pessoa natural pode ser utilizado em propagandas comerciais sem autorização, desde que não esteja associado à sua imagem.
- b) O pseudônimo adotado para atividade lícita, pode ser utilizado indiscriminadamente em propagandas comerciais, uma vez que este normalmente não está associado à identidade real da pessoa que o adota.
- c) Ao exigir a cessação da ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade e reclamar perdas e danos, o reclamante perde o direito a requerer qualquer outra sanção que a lei preveja.
- d) São legitimados a requerer que cesse ameaça aos direitos da personalidade do morto o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- 48.** Em se tratando das pessoas jurídicas de direito privado, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002:
- a) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.
- b) Quando constituída uma associação, haverá entre os sócios, direitos e obrigações recíprocas.
- c) É possível a criação de uma fundação tanto por meio de escritura pública quanto por meio de testamento particular.
- d) Nas associações, a qualidade de associado pode ser transmitida a terceiros, exceto quando o estatuto dispuser o contrário.
- 49.** Segundo o Código Civil de 2002, a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. Sua validade, porém, depende de alguns requisitos específicos previstos em lei. Assinale a alternativa que não apresenta corretamente um desses requisitos:
- a) Salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter: data e local de realização.
- b) Salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter: reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas.
- c) Salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter: assinatura das partes e do tabelião, sendo dispensável a dos demais comparecentes.

- d) Salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter: declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes, ou de que todos a leram.
- 50.** Segundo entendimento do STJ acerca dos contratos é correto afirmar que:
- a) Deve ser considerada abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.
- b) É vedada a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- c) A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges não gera efeitos quanto à ineficácia da garantia.
- d) Prescreve em três anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra.
- 51.** Em se tratando do direito de preferência previsto na Lei 8.245/1991, a Lei de locações, é correto afirmar que:
- a) O direito de preferência, em razão do princípio da boa-fé existente entre o locador e o locatário não caduca, ainda que não haja manifesta e inequívoca aceitação do locatário.
- b) O direito de preferência não obriga o locador a oferecer o imóvel ao locatário, nas mesmas condições que ofereceria a terceiros.
- c) Em caso de sublocação total, o direito de preferência cabe primeiro ao locatário e na sequência, ao sublocatário.
- d) O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.
- 52.** Sobre os direitos e deveres dos condôminos, assinale a alternativa correta que esteja de acordo com as disposições do Código Civil de 2002 e com o entendimento do STJ:
- a) O prazo decadencial do exercício do direito de preferência por condômino, na ausência de prévia notificação, inicia-se com a ciência dos comproprietários do registro da escritura pública de compra e venda da fração ideal da coisa comum indivisa.
- b) O condômino, caso queira, pode alterar a destinação da coisa comum, bem como dar posse, uso ou gozo dela a estranhos, ainda que sem o consenso dos outros.
- c) A convenção de condomínio aprovada sem registro não tem eficácia para regular as relações entre os condôminos.
- d) À divisão do condomínio, no que couber, aplicam-se as regras da partilha de herança.
- 53.** A Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais destina uma seção para regulamentar o tratamento de dados da criança e do adolescente. Segundo esta Lei é correto afirmar que:
- a) As informações sobre o tratamento de dados destinadas à crianças e adolescentes deverão ser fornecidas de maneira simples, considerando a idade de cada usuário.
- b) Para o tratamento de dados pessoais de crianças é indispensável que haja o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.
- c) Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento de pelo menos um dos pais ou do responsável legal, quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados quantas vezes forem necessárias, podendo ainda serem armazenadas e para fins de proteção, poderão ser repassados a terceiro.
- d) O controlador não tem a obrigatoriedade de realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento de pelo menos um dos pais ou do responsável legal foi dado quando se tratar de criança maior de 12 anos de idade.

54. Sobre a prestação de alimentos, assinale a assertiva correta segundo a legislação pertinente e o entendimento do STJ:

- a) Podem requerer alimentos os parentes, os cônjuges ou companheiros, na medida de suas necessidades para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.
- b) Para o cálculo dos alimentos gravídicos leva-se em consideração apenas a contribuição devida pelo futuro pai, de maneira que a da mulher grávida é considerada somente após o nascimento com vida da criança.
- c) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as cinco prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem após o trânsito em julgado do processo.
- d) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e solidária, devendo ser prestada em conjunto com os pais que tenham condições insuficientes para tal.

55. Segundo o Código Civil de 2002, podem escusar-se da tutela:

- a) Os militares aposentados.
- b) As mulheres divorciadas.
- c) Aqueles que já exercerem tutela ou curatela.
- d) Aqueles que tiverem um filho sob sua autoridade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

56. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
- b) Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por

petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

- c) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

57. Sobre intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- a) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais cíveis.
- b) A nomeação à autoria e a oposição ainda constituem modalidades de intervenção de terceiros.
- c) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- d) Não se admite a intervenção do amicus curae promovida de ofício pelo juiz.

58. Assinale a alternativa incorreta a respeito dos atos processuais:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, desde que antes do processo.
- b) De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade dos negócios processuais, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.
- c) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

d) O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

59. Em relação à tutela provisória, marque a alternativa incorreta:

a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

b) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

c) Ocorrendo a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, haverá formação de coisa julgada.

d) A concessão de tutela de evidência independe da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

60. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

Estão corretos os itens:

a) II e IV

b) I, II e III

c) I e II

d) I, II, III e IV

61. Em relação à ação monitória, não é correto afirmar que:

a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.

b) A ação monitória pode ser proposta tanto para exigir o pagamento de quantia em dinheiro, quanto para entrega de coisa ou adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.

c) Admite-se a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

d) Pode haver o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

62. Sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta:

a) O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, exigindo-se apenas que o executado seja o mesmo e que o procedimento seja idêntico.

b) Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução será proposta no foro de domicílio do exequente.

c) Nos casos de atos atentatórios à dignidade da justiça ocorridos na execução, o juiz fixará multa em montante não superior a dois por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente.

d) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

63. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.

- b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.
- c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.
- d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.

64. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) É possível que as quotas possuam valores desiguais.
- b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.
- d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.

65. Assinale a alternativa correta.

- a) O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as companhias.
- b) O exercício do direito a voto na companhia pode ser regulado em acordo de acionistas.
- c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.
- d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.

66. Sobre o regime de franquia empresarial, é correto afirmar que

- a) a cláusula “*del credere*” poderá ser utilizada em favor do franqueador.
- b) a cláusula compromissória de arbitragem é proibida para a modalidade.

- c) o foro competente para a solução de controvérsias relativas aos contratos de franquia é obrigatoriamente aquele da sede do franqueador.

- d) pode ser adotado por empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos.

67. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

- a) a cláusula “*del credere*” é típica dos contratos de franquia empresarial.
- b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.
- c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.
- d) a concessão de venda de automóveis inclui, necessariamente, o uso gratuito de marca da concedente, como identificação.

68. Sobre o estabelecimento, é correto afirmar que

- a) sua alienação será ineficaz se não restarem ao alienante bens suficientes para solver seu passivo, independentemente do consentimento dos credores.
- b) salvo disposição expressa em contrário, é vedado ao titular do estabelecimento fazer concorrência ao arrendatário ou usufrutuário durante o prazo do contrato.
- c) no caso de sua alienação, em regra, o alienante não poderá fazer concorrência ao adquirente por 3 anos.
- d) no caso de sua alienação, o alienante permanece solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

69. Responda a questão a seguir de acordo com o Capítulo II (Do Nome Empresarial) do Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva INCORRETA:

- a) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de dois anos, ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

- 70.** De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta:
- a) Quem utiliza indevidamente o sinal verdadeiro de tabelião, em proveito próprio, comete o crime de usurpação de função.
- b) Quem falsifica testamento particular comete o crime de falsificação de documento particular.
- c) A falsificação de cartão de crédito é fato atípico, por não ser documento.
- d) Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.
- 71.** Acerca das causas de exclusão da ilicitude, assinale a alternativa incorreta:
- a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- b) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

- c) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) O agente, atuando sob qualquer que seja a excludente de ilicitude, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

72. Assinale a alternativa INCORRETA sobre prescrição:

- a) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- b) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- c) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- d) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

- 73.** No que se refere à competência jurisdicional, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.
- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- b) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) Poderá determinar a competência jurisdicional o lugar da infração, o domicílio ou residência do réu, a conexão, a continência, a natureza da infração e a pena mínima cominada ao delito.
- d) Há conflito de competência ainda que já exista sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.

74. No tocante à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) a representação será retratável até o oferecimento da denúncia.
- b) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público, neste caso, apenas e tão somente o acompanhamento do processo.
- c) o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes gerais, mediante declaração, escrita ou oral.
- d) concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará recusa.

75. Com relação à prisão em flagrante, é correto afirmar:

- a) somente agentes do Estado é que poderão prender alguém que seja encontrado em flagrante delito, no uso do seu poder de polícia.
- b) não se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- c) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito apenas nas primeiras 24h do início do cometimento do crime, sob pena de postergar-se indefinidamente a situação flagrancial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

76. Ao longo do tempo, diferentes conceitos da palavra Constituição foram defendidos por distintos

idealizadores, conforme o momento histórico e segundo a concepção de Estado adotada. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.
- d) ontológico de Constituição.

77. A respeito do Poder Constituinte, indique a assertiva correta.

- a) O Poder Derivado Decorrente é destinado à criação de Constituição estadual e das leis orgânicas municipais.
- b) A Constituição Federal não pode ser emendada na vigência de estado de sítio, estado de defesa, estado de calamidade pública e de intervenção federal.
- c) Mutação constitucional é uma mudança informal do texto constitucional, alterando-se o sentido, mas preservando-se a redação da Constituição inalterada.
- d) A cada cinco anos, a partir de sua promulgação, a Constituição Federal deve passar por um processo simplificado de revisão, de modo que o Congresso Nacional promova as necessárias atualizações em sessão unicameral e com o quórum de maioria absoluta.

78. Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os

<p>candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.</p> <p>b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.</p> <p>c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.</p> <p>d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o “status” de Emenda Constitucional.</p> <p>79. A respeito da competência para legislar sobre direito financeiro, indique a alternativa incorreta.</p> <p>a) A competência legislativa é privativa da União.</p> <p>b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.</p> <p>d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.</p> <p>80. O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.</p> <p>a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.</p> <p>b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos</p>	<p>direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.</p> <p>c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.</p> <p>81. Acerca do Poder Judiciário assinale a opção correta.</p> <p>a) Compete aos Juízes Federais processar e julgar o litígio entre a União e o estado, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.</p> <p>c) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.</p> <p>d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.</p> <p>82. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.</p> <p>b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.</p>
---	--

- a) Segundo posicionamento doutrinário majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.
- d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

- 83.** De acordo com a Lei nº 8.429/92, marque a assertiva incorreta:
- a) São considerados sujeitos passivos secundários aqueles que, independentemente de integrar a Administração Indireta, são entidades privadas para cuja criação ou custeio o Erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual.
- b) Não há mais a modalidade culposa de ato de improbidade.
- c) Não configurará improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificadas, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos Tribunais do Poder Judiciário.
- d) É ato de improbidade administrativa que atenta contra princípios retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- 84.** Marque a assertiva correta, tendo como base os entendimentos doutrinários acerca dos Atos Administrativos:

- a) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo ocorrerá sem a autorização do Poder Judiciário.
- b) O elemento motivação consiste nas razões de fato e de direito que determinaram a prática do ato administrativo.
- c) O Direito brasileiro admite a chamada motivação aliunde.
- d) Acerca da nulidade dos atos administrativos, o Direito Administrativo pátrio adota a teoria monista de nulidades.

85. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.

86. No que tange ao Poder de Polícia, marque a assertiva correta:

- a) É possível a delegação do poder de polícia a particulares, integrantes ou não da Administração Pública.
- b) A única fase do ciclo de polícia que, por sua natureza, é absolutamente indelegável é a ordem de polícia.

c) O Poder de polícia se manifesta de maneira vinculada.

d) Do poder de polícia é possível haver a cobrança de imposto.

87. No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

c) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.

d) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

88. Um Município tem interesse em preservar um bem de valor histórico, consistente na casa em que nasceu e viveu um escritor famoso nacional e internacionalmente. Pretendendo que o imóvel seja mantido inalterado e que lá seja instalado um museu a respeito da obra do escritor, a Municipalidade deverá

a) desapropriar o imóvel.

b) tombar o imóvel.

c) instituir um tombamento de uso do imóvel.

d) requisitar o imóvel.

89. De acordo com a Lei n.º 8.987/1995 — que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da

prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal —, na hipótese de concessão de serviço público precedida de execução de obra pública,

a) a subconcessão é juridicamente possível, situação que dispensa a realização de concorrência para a sua outorga.

b) a concessionária não poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido.

c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações e por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

d) a concessão poderá ser feita a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho e a obra deverá ser realizada por conta e risco da concessionária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

90. De acordo com o Código Tributário Nacional a natureza jurídica específica do tributo é determinada:

a) pela denominação e demais características formais adotadas pela lei.

b) pela destinação legal do produto da sua arrecadação.

c) pelo fato gerador da respectiva obrigação.

d) pelo destinatário da arrecadação

91. Acerca do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD assinale a alternativa incorreta:

a) O imposto não incide sobre a importância deixada ao testamenteiro, a título de prêmio ou remuneração, até o limite legal.

b) O contribuinte do imposto na doação será o doador.

c) É isenta do imposto a transmissão “causa mortis” de imóvel de residência, urbano ou rural, cujo valor não ultrapassar 5.000 (cinco mil) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs e os familiares beneficiados nele residam e não tenham outro imóvel;

d) A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem ou direito transmitido, expresso em moeda nacional ou em UFESPs (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), sendo que considera-se valor venal o valor de mercado do bem ou direito na data da abertura da sucessão ou da realização do ato ou contrato de doação.

92. Assinale a alternativa correta sobre o ITBI – Imposto de transmissão de bens inter vivos

a) A imunidade em relação ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, alcança o valor dos bens que excederem o limite do capital social a ser integralizado.

b) Não viola a constituição a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.

c) O fato gerador do imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) ocorre no momento da lavratura da escritura pública de compra e venda.

d) O fato gerador do imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.

93. Sobre o instituto da responsabilidade tributária assinale a alternativa correta:

a) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

c) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde subsidiariamente pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.

d) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento ou parcelamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

94. Sobre os efeitos da solidariedade no direito tributário assinale a alternativa correta:

a) o pagamento efetuado por um dos obrigados somente a ele aproveita.

b) a isenção ou remissão de crédito, em qualquer caso, exonera todos os obrigados.

c) a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

d) a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece a todos, mas só prejudica aquele que sofreu a interrupção.

95. Em face do conceito de tributo do art. 3º do Código Tributário Nacional, não se caracteriza como tributo:

a) as contribuições sociais para o custeio da seguridade social.

b) os emolumentos pagos pela prestação de serviços notariais e de registro.

c) o empréstimo compulsório

d) a multa pelo pagamento fora do prazo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

96. No âmbito de sua competência tributária, conforme estabelecida pela Constituição Federal, podem exigir contribuições de melhoria:

- a) Somente a União;
- b) Somente os Estados e o Distrito Federal;
- c) Somente os Municípios e o Distrito Federal;
- d) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

97. A 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), principal cúpula da ONU para debate sobre questões climáticas, foi realizada entre os dias 1 e 12 de novembro deste ano, em Glasgow, na Escócia.

Um dos principais acordos feitos na COP-26 foi:

- a) eliminar o uso de combustíveis fósseis até 2035.
- b) zerar o desmatamento no mundo até 2030.
- c) promover a despoluição total de mares e oceanos até 2040.
- d) erradicar com aterros sanitários em países subdesenvolvidos até 2025.

98. “O músico baiano foi eleito por maioria absoluta à cadeira de número 20 da Academia Brasileira de Letras (ABL), na tarde desta quinta-feira (11). Ele foi eleito com 21 votos.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/rjs2vdsr>.
Adaptado. Acesso em 23/11/2021

O novo membro da Academia Brasileira de Letras é:

- a) Chico Buarque.
- b) Carlinhos Brown.

c) Caetano Veloso.

d) Gilberto Gil.

99. Sobre recentes acontecimentos relacionados à pandemia de coronavírus, é INCORRETO afirmar que:

- a) A Áustria foi o primeiro país europeu a impor um lockdown às pessoas não vacinadas contra o coronavírus.
- b) O time alemão Bayern de Munique cortou salários e suspendeu jogadores que se recusaram a se vacinar contra a covid-19.
- c) A Inglaterra aprovou uma lei que permite demitir funcionários que se recusem a tomar as vacinas ou trabalhem remotamente.
- d) Na Holanda, milhares de pessoas protestaram contra lockdown e medidas de restrição para controlar a pandemia.

100. “O Bolsa Família foi revogado pela Medida Provisória que criou o Auxílio Brasil (MP 1.061/2021), publicada no Diário Oficial da União em 10 de agosto. A MP passou a valer imediatamente, mas ainda terá que ser votada pelo Congresso em até 120 dias para que o novo programa se torne definitivo.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/n6ehkj9d>. Acesso em 23/11/2021.

Sobre o assunto em questão, considere as seguintes afirmativas:

I - O público-alvo dos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil são as famílias em situação de extrema pobreza e pobreza conforme critérios específicos e condicionantes, tais como a permanência das crianças na escola, o acompanhamento de saúde das gestantes e a vacinação em dia.

II - Durante o período de vigência do Bolsa Família, a natalidade da população de baixa renda aumentou, mostrando que uma das ideias difundidas inicialmente para criticar o programa, a de que seria

um incentivo para que as famílias passassem a ter mais filhos por terem mais renda, tem fundamento.

III - Ao longo da sua existência, o Bolsa Família apresentou resultados importantes para a sociedade brasileira, como a redução da pobreza e da pobreza extrema, a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da participação escolar feminina, a redução da desigualdade regional do país e a melhoria dos indicadores de segurança alimentar entre os mais pobres.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Cartório-SP-28-11>

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA CARTÓRIOS](#)
